



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 01/2012

O Ministério das Comunicações (MC), por meio do EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA nº 001/2012-MC, em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e com o Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, e Decreto nº 7.175 de 12 de maio de 2010, torna público que realizará a avaliação e **seleção de prefeituras municipais**, para execução centralizada do Projeto Cidades Digitais, no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga e do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais, de acordo com PORTARIA N°- 376 de 19 agosto 2011, para instalação de uma rede metropolitana (infovia) baseada em fibra ótica, com a interligação de órgãos públicos locais e acesso público aos cidadãos em áreas específicas, de forma a propiciar, por meio da incorporação e difusão das TIC, o aumento da eficiência administrativa, a implantação de serviços públicos eletrônicos, especialmente na área social, e a disseminação do acesso à internet para a população por meio de iniciativas locais.

ÍNDICE

- 1 DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA
- 2 DO PROJETO CIDADES DIGITAIS
- 3 DO OBJETO
- 4 DOS RECURSOS DO PROJETO
- 5 DO MODELO TECNOLÓGICO
- 6 INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS
- 7 DAS OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS E FORMALIZAÇÃO
- 8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

10 DO FORO

11 ANEXOS

1 DO PROGRAMA NACIONAL DE BANDA LARGA

O Governo Federal propôs o enfrentamento da dificuldade de acesso em banda larga à internet por meio do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), política pública instituída pelo Decreto nº 7.175 de 12 de maio de 2010, foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de ampliar o acesso à internet no país de modo a:

- ✧ massificar o acesso a serviços de conexão em banda larga à Internet;
- ✧ acelerar o desenvolvimento econômico e social;
- ✧ promover a inclusão digital;
- ✧ reduzir as desigualdades social e regional;
- ✧ promover a geração de emprego e renda;
- ✧ ampliar os serviços de Governo Eletrônico facilitando o uso dos serviços do Estado;
- ✧ promover a capacitação da população para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); e
- ✧ aumentar a autonomia tecnológica e a competitividade brasileiras.

2 DO PROJETO CIDADES DIGITAIS

No mundo contemporâneo, um dos fatores vitais para o desenvolvimento econômico, social e cultural tem sido o aproveitamento das oportunidades oferecidas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação. Hoje, a sociedade compartilha a crença de que o crescimento econômico e social depende, em larga medida, da amplitude e efetividade dos processos de adaptação, mudança e inovação tecnológicas, bem como da capacidade de gerar e difundir informação e conhecimento, criar emprego e renda, fomentar a equidade social e cultural e promover o bem-estar dos cidadãos.

O Projeto Cidades Digitais busca criar os meios e para que os cidadãos possam acessar, utilizar, produzir e disseminar informações e conhecimento para participar de maneira efetiva e crítica da sociedade da informação.

No futuro, o acesso a meios avançados de comunicação, nos seus diferentes suportes tecnológicos, será ainda mais relevante e a velocidade deste acesso também será uma importante medida de inclusão social do cidadão. A disponibilidade de banda larga, em particular, determinará a inserção do cidadão na sociedade da informação.

O brasileiro sem acesso à banda larga será privado de uma importante ferramenta de inclusão social, que contribui para reduzir as desigualdades e garantir o desenvolvimento econômico e social: terá menos informação, menos emprego, menos educação, menos cultura, menos lazer e uma participação democrática menor.

A banda larga deve ser acompanhada de conteúdos relevantes, independentemente da localização geográfica ou nível de renda da população. Ao agregar valor à informação, a inclusão digital levará frutos para quem mais precisa, traçando assim, a trajetória para a mobilidade social do cidadão.

O Projeto Cidades Digitais será implantado em sintonia com Plano Nacional de Banda Larga e pretende contribuir especificamente para:

- ✧ Democratizar o acesso à informação;
- ✧ Ampliar a transparência das contas públicas municipais através da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação;
- ✧ Produzir redução de custos e racionalização no uso de recursos;
- ✧ Fomentar e promover a produção e a oferta de conteúdos nos municípios brasileiros;
- ✧ Estimular mecanismos participativos e colaborativos de gestão pública.
- ✧ Construir uma política de e-Gov, a partir de uma visão que tem o cidadão como centro do modelo de gestão de serviços públicos, baseado na universalização do acesso, na qualidade e na integração;
- ✧ Modernizar e viabilizar a qualificação da gestão pública para dinamizar a prestação de serviços públicos ao cidadão nos municípios, como segurança pública, saúde e educação;
- ✧ Universalizar o acesso a informações e serviços públicos para todos os cidadãos, a qualquer momento, em espaços públicos, garantindo a conectividade necessária para o bom andamento dos programas federais de proteção e promoção social;
- ✧ Facilitar a apropriação de tecnologias da informação e da comunicação pela gestão pública local e pela população, de

maneira coordenada e integrada entre esferas dos poderes públicos e da sociedade;

- ⤴ Atender a entidades públicas em termos de conexão em banda larga a internet;
- ⤴ Viabilizar a informatização dos processos administrativos das Prefeituras, permitindo-lhes acompanhar a evolução com a tecnologia e melhorando a qualidade dos serviços prestados à população em geral;
- ⤴ Viabilizar o atendimento das necessidades dos municípios carentes ou que não tenham disponibilidade de acesso em banda larga a internet prestado por outra operadora;

3 DO OBJETO

O presente edital tem por objeto a seleção de prefeituras municipais, para a participação na execução centralizada do Projeto Cidades Digitais, mediante doação com encargos de rede metropolitana baseada em fibra óptica, composta de hardware, software e acessórios complementares, descrita abaixo.

A rede metropolitana (infovia) a ser implantada incluirá, também, o fornecimento de todos os equipamentos, serviços e softwares necessários à sua operação, incluindo os serviços de instalação dos equipamentos, suporte técnico, capacitação de pessoal local e garantias de manutenção preventiva e corretiva, bem como operação assistida nos 6 (seis) primeiros meses de operação, após aceitação final da solução e validação da entrega.

Esta rede permitirá que os órgãos de governo, as instituições públicas e outros possam ter acesso em banda larga à internet, permitindo também, aos cidadãos, este acesso em zonas específicas. O modelo será autossustentável, conforme o Termo de Doação com Encargos, ANEXO I deste EDITAL.

4 DOS RECURSOS DO PROJETO

No âmbito da programação orçamentária anual, a Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações - SID/MC comprometerá recursos não-reembolsáveis originários da Ação Orçamentária XXXX – XXXXXX, do Programa XXXX – XXXXXXXX, do Plano Plurianual de Ação 2012-2015. Também poderão ser aportados recursos provenientes de emendas parlamentares.

5 DO MODELO TECNOLÓGICO

O modelo de Cidades Digitais adotado pelo Ministério das Comunicações está definido a partir de módulos, cada um compreendendo um ou mais serviços. A descrição dos módulos e do modelo tecnológico estão

todas contidas no EDITAL XXXX/2012 que tem por objetivo o Registro de Preços de serviços e equipamentos para implantação de Cidades Digitais.

Os módulos obrigatórios (infraestrutura; gerenciamento de rede e pontos de acesso público) serão implantados pela empresa integradora vencedora da licitação.

A implantação de aplicativos nas áreas de Governo Eletrônico, Educação e Saúde será realizada pela Secretaria de Inclusão Digital a partir de licitações realizadas por outros órgãos do Governo Federal.

Com a finalidade de permitir que expansões da infraestrutura sejam feitas com equipamentos de qualidade e com preços adequados, o Ministério das Comunicações procederá ao Registro de Preços de equipamentos, a partir de Edital específico. Essas expansões também poderão ser feitas com a utilização de Registro de preços realizados pela Telebrás.

Os módulos obrigatórios são compostos dos seguintes pontos:

- ✧ PEAS – Ponto de Enlace e Acesso Social - é o ponto central da Cidade Digital, o local onde chega o backhaul e onde se prevê a instalação da SGI (solução gerenciadora da infraestrutura);
- ✧ SGI – Solução gerenciadora da infraestrutura - Núcleo de gerenciamento e conteúdo – onde estarão instalados os servidores de armazenamento de conteúdo, gerenciamento da rede de acesso, controle dos usuários;
- ✧ PAG – Ponto de Acesso de Governo - este ponto se destina ao atendimento de pontos associados a administração pública em qualquer esfera de governo, tais como: sede da prefeitura, secretarias municipais e hospitais.
- ✧ PAP - Ponto de Acesso Público Ponto - deverá ser instalado pelo menos um PAP, com a finalidade de permitir acesso aberto à população.

6 INSTRUÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS

6.1 Premissas básicas

O objetivo destas instruções é determinar os procedimentos que orientarão o presente Edital para seleção de PROPOSTAS DE PROJETOS de Cidades Digitais, até a formalização do respectivo Instrumento com a prefeitura selecionada. Alegações de desconhecimento dessas Instruções não serão aceitas como razões válidas para justificar quaisquer erros ou divergências encontradas na apresentação da PROPOSTA DO PROJETO.

É de responsabilidade da Prefeitura certificar-se, periodicamente, quanto à emissão de eventuais avisos, aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este Edital, os quais serão disponibilizados no sítio do Ministério das Comunicações (www.mc.gov.br).

Poderão apresentar projetos no âmbito deste Programa prefeituras municipais ou consórcios de prefeituras¹. Propostas de prefeituras que estejam inadimplentes não serão consideradas para efeitos de classificação e seleção. Caso haja uma prefeitura inadimplente entre aquelas que se inscreverem através de um Consórcio ou Associação, isso implicará na desclassificação da proposta em seu conjunto.

A implantação da infraestrutura de rede será feita no núcleo urbano do respectivo município, ou dos municípios consorciados ou associados.

O acompanhamento da implantação e gerenciamento do projeto será feito por pessoas designadas pela SID/MC. A prefeitura deverá garantir a elas, para acompanhamento de implantação e gerenciamento do projeto, acesso irrestrito a todos os pontos de interesse do Projeto Cidades Digitais, acompanhado de servidor da prefeitura.

A prefeitura poderá conceder a infraestrutura de rede para empresas públicas, privadas ou instituições sem fins lucrativos, desde que detentoras de licença de Serviço de Comunicações e Multimídia (SCM) e comprovada capacidade de gerir a rede Metro Ethernet e as expansões da Cidade Digital. Esses concessionários poderão explorar comercialmente a infraestrutura, oferecendo como contrapartida a operação/manutenção e ampliação da Cidade Digital.

A aquisição de banda de conexão à internet destinada a atender aos PAGs e PAPs será de responsabilidade da prefeitura. O dimensionamento da rede deve se basear na banda necessária a cada ponto previsto, conforme tabela de contenção e previsão de conexão descrita no ANEXO III. No caso de comercialização, a parte de banda a ser disponibilizada para os clientes da empresa concessionária será responsabilidade desta e definida em acordo específico, conforme diretrizes para parceria constantes no ANEXO IV.

De acordo com as políticas do governo federal, será dada prioridade de atendimento a pleitos vindos de cidades das regiões Norte e Nordeste. Serão atendidas prioritariamente cidades com até 50 mil habitantes. Será garantido o atendimento a pelo menos uma proposta por estado da federação, dentre as apresentadas.

1 Atualmente, a Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005, dá suporte e regulamenta a criação de Consórcios de Municípios. Orientações para criação de consórcios podem ser obtidas no Portal Federativo, sob a coordenação da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI) (www.portalfederativo.gov.br), e no sítio da Caixa Econômica Federal (Guia de Consórcios Públicos -<http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp>).

6.2 Da apresentação da PROPOSTA DE PROJETO

Estão habilitadas a participar desta Chamada Pública, todas as prefeituras municipais que concordarem com os termos deste Edital e com o Termo de Doação com Encargos, ANEXO I.

A inscrição da PROPOSTA DE PROJETO iniciará no cadastramento via Internet, conforme definido nestas instruções.

A Prefeitura interessada em participar deste Edital deverá cadastrar-se no site do Ministério das Comunicações, www.mc.gov.br, e encaminhar sua PROPOSTA DE PROJETO para o endereço:

Ministério das Comunicações
Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital – DEID/SID/MC
Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Sala 903
CEP: 70044.900 – Brasília - DF

Não será aceita, em nenhuma hipótese, a inscrição e entrega dos documentos da PROPOSTA DE PROJETO de forma diferente do previsto nas instruções estabelecidas neste EDITAL. A correção de eventual erro deverá ser feita através de uma nova inscrição do mesmo projeto.

As propostas deverão ser feitas em formulário apropriado - ANEXO II (Apresentação de Proposta do Projeto) - de acordo com as recomendações constantes no ANEXO III (Roteiro para Apresentação de Propostas de Projetos de Cidades Digitais do Ministério das Comunicações) do presente EDITAL. Para efeito de classificação e seleção serão considerados os pontos abaixo:

a) Justificativa do Projeto

a.1) Definir o problema a ser enfrentado, suas dimensões e público atingido;

a.2) Demonstrar a relevância do futuro projeto: o motivo da escolha de um projeto de Cidade Digital como prioritário na agenda da(s) prefeitura(s); descrever os serviços de governo eletrônico que serão implantados no(s) município(s);

a.3) Definir como o projeto poderá contribuir no enfrentamento de outros problemas de interesse do(s) município(s);

a.4) Qualificar o impacto econômico e social previsto;

a.5) Identificar a situação socioeconômica do município ou municípios a serem atendidos, com explicitação dos indicadores básicos: estrutura da população, dados sobre educação e saúde, índice de desenvolvimento humano (IDH).

b) Objetivos, resultados e Indicadores

b.1) Definir os Objetivos geral e específicos;

b.2) Identificar os resultados esperados e os indicadores para cada objetivo específico enunciado.

c) Acompanhamento do projeto: Capacidade de Gerenciamento

c.1) Informar o número de programas de inclusão digital que o município participa, descrevendo-os sucintamente;

c.2) Informar a estrutura da prefeitura que ficará responsável pelo gerenciamento da CD, destacando os servidores públicos responsáveis, bem como sua formação;

c.3) Identificar a infraestrutura local para implantação do projeto: pontos de instalação de equipamentos, direito de uso de postes, possibilidade de conexão ao backbone da Telebrás ou de Provedor de Internet que possa realizar a conexão à internet.

d) Sustentabilidade do projeto

d.1) Demonstrar a capacidade de manutenção do projeto a médio e longo prazo, através de mecanismos próprios de financiamento

d.2) Informar sobre a possibilidade de realização de parcerias com entes privados (empresas privadas ou entidades privadas sem fins lucrativos) ou mesmo com empresas públicas, para manutenção e operação da rede, garantindo a expansão da mesma e a ampliação da inclusão digital e dos serviços aos usuários.

6.3 Do envio e recebimento das propostas

As propostas das Prefeituras devem ser enviadas com os seguintes documentos:

a) Ofício do Prefeito Municipal declarando estar de acordo com as Premissas Básicas e demais definições do presente Edital

b) PROPOSTA DE PROJETO, conforme ANEXOS II e III do presente Edital

c) Certidão Negativa de Fundo de Garantia

d) Certidão Negativa da Dívida Ativa União

e) Certidão Negativa da Dívida Ativa Estadual

f) Certidão Negativa da Receita Federal

g) Certidão Negativa do INSS

- h) Lei Orgânica do(s) Município(s)
- i) Estatuto do Consórcio de Município, se for o caso
- j) Cópia da Identidade e CPF do(s) Prefeito(s)

6.4 Do exame prévio das propostas

As propostas recebidas, após exame do atendimento das exigências técnicas do presente Edital, serão apresentadas à Comissão Permanente de Seleção e Avaliação de Projetos de Cidades Digitais do Ministério das Comunicações para seleção e classificação.

Propostas que não contenham toda a documentação exigida ou que não obedeçam às especificações dos ANEXOS II e III serão desabilitadas, não sendo encaminhadas à fase de seleção e classificação.

O resultado dessa etapa será publicado em 5 (cinco) dias úteis após o encerramento do recebimento de propostas. O proponente terá 3 (três) dias úteis, a contar da publicação do resultado preliminar, para submeter recurso, endereçado à Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações SID/MC.

Os recursos recebidos dentro do prazo estipulado serão apreciados em até 3 (três) dias úteis e o resultado final da fase de habilitação será divulgado no 1º (primeiro) dia útil após o término do período de submissão de recursos.

6.5 Dos critérios de seleção e classificação

A seleção das Prefeituras interessadas será feita pelo Ministério das Comunicações, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

O relatório de avaliação de projetos, elaborado pela Comissão Permanente de Seleção e Classificação de Projetos de Cidades Digitais do Ministério das Comunicações será encaminhado à Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, a quem cabe ratificá-lo na sua totalidade ou em parte.

A Comissão Permanente de Seleção e Classificação de Projetos de Cidades Digitais do Ministério das Comunicações poderá solicitar informações suplementares à Secretaria de Inclusão Digital, para fundamentar a análise dos projetos e decisão de seleção e classificação, sempre que julgar necessário.

O início da fase de seleção dos projetos habilitados dar-se-á no 1º (primeiro) dia útil após a publicação final do resultado da fase de habilitação. Os projetos previamente habilitados serão submetidos à seleção com base nos seguintes critérios classificatórios:

Tabela de Pontuação para a Classificação das Propostas	
Critérios	Pontuação
A – Apresentação do Projeto	
Descrição do Problema	Até 3 pontos.
Relevância para o Município	Até 3 pontos.
Implantação de programas de governo eletrônico e sua relação com outras ações e projetos relacionados à gestão municipal	Até 10 pontos.
Clareza e pertinência dos objetivos, metas e resultados esperados e pertinência dos indicadores, descrevendo o impacto econômico e social previsto pós implantação da Cidade Digital	Até 4 pontos.
IDH do Município ou do Consórcio de Municípios. Expressão para pontuação: $20 \cdot (1 - \text{IDH})$	Até 10 pontos.
Densidade de Acesso de Banda Larga no Território do Município ou dos Municípios. Expressão para pontuação: $5 \cdot (1 - \text{DBL})$	Até 5 pontos.
Subtotal A:	Até 35 pontos.
B - Capacidade Gerencial e Técnica do Proponente	
Aplicativos já utilizados para gestão pública e inclusão digital	Até 5 pontos.
Estrutura responsável pela administração do projeto	Até 5 pontos.
Equipe de servidores permanentes disponíveis para treinamento e que atuarão no gerenciamento do projeto	Até 10 pontos.
Identificação de infraestrutura local para implantação do projeto	Até 10 pontos
Subtotal B:	Até 30 pontos.
C. Sustentabilidade e expansão do Projeto	
Proposta de mecanismos próprios de financiamento do projeto	Até 10 pontos
Possibilidade de estabelecimento de parcerias para manutenção/operação do projeto	Até 20 pontos
Subtotal C:	Até 30 pontos.

Total:	Até 95 pontos.
---------------	----------------

- No caso de proposta apresentada por consórcio de municípios, será dada uma pontuação adicional de 5 pontos ao projeto;
- Aqueles projetos que obtiverem pontuação inferior a 30 pontos no item (B) Capacidade Gerencial e Técnica do Proponente serão desabilitados, não sendo classificados.
- A Densidade de Acesso a Banda Larga será definida como o número de acessos a banda larga nas tecnologias XDSL, cable mode e spread spectrum (obtida no Sistema SICI da ANATEL) dividido pelo número total de domicílios (de acordo com o Censo 2010, publicado pelo IBGE).

6.6 Da divulgação dos resultados

O resultado da fase de seleção e classificação será publicado no sítio do Ministério das Comunicações – www.mc.gov.br, em até 30 (trinta) dias úteis após o encerramento da fase de habilitação.

Em caso de projeto habilitado e não selecionado, o proponente terá o prazo de 3 (três) dias úteis para submeter recurso, endereçado à Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações SID/MC. Os recursos recebidos dentro do prazo estipulado serão apreciados em até 3 (três) dias úteis e o resultado final da fase de seleção será divulgado no 1º (primeiro) dia útil após o término do período de submissão de recursos.

Em caso de empate no processo de seleção, serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- ⤴ Projetos com maior grau de integração entre infraestrutura, modernização da gestão pública e soluções de e-Gov (3 pontos);
- ⤴ Projetos em localidades com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2 pontos);

Em caso de persistência de empate e havendo recursos orçamentários e financeiros não comprometidos, a SID/MC procederá à escolha de projetos previamente habilitados segundo os princípios de razoabilidade e da proporcionalidade.

6.7 Calendário

Prazos de apresentação, habilitação e seleção de propostas

Atividade	Prazo
1. Publicação do Edital (início de recebimento de propostas)	XX/XX/2012

2. Data final para recebimento de propostas	45 DAPE
3. Início da fase de habilitação	46 DAPE
4. Publicação do resultado da fase de habilitação e início da fase de submissão de recursos	51 DAPE
5. Fim da fase de recebimento de recursos	54 DAPE
6. Publicação do julgamento dos recursos e encerramento da fase de habilitação	57 DAPE
7. Início da fase de seleção e classificação	58 DAPE
8. Publicação do resultado da fase de seleção e classificação e início da fase de submissão de recursos	88 DAPE
9. Fim da fase de recebimento de recursos	93 DAPE
6. Publicação do julgamento dos recursos e encerramento da fase de seleção.	96 DAPE

DAPE = Dias Após Publicação do Edital

7 DAS OBRIGAÇÕES RECÍPROCAS E FORMALIZAÇÃO

O donatário deve assinar o Termo de Doação com Encargos, bem como prestar contas no prazo determinado, por meio de relatório de atividades contendo informações sobre a execução do projeto;

O donatário deve atender às solicitações de informações sobre execução do projeto sempre que Ministério das Comunicações julgar necessário.

O donatário deve incluir as marcas do Ministério das Comunicações/Governo Federal em todo material de divulgação do projeto.

Os bens doados serão tombados diretamente no patrimônio do donatário, lavrando-se o registro no processo administrativo competente.

O donatário deverá custear as despesas necessárias à manutenção e ao funcionamento do local com suprimentos de informática, materiais de consumo, limpeza e de expediente, energia, água, segurança e recursos humanos até que seja adotada a solução de sustentabilidade.

As etapas do calendário dessa seleção poderão sofrer alterações no decorrer da implantação, mediante decisão do Ministério das Comunicações, para atender ao interesse público, desde que justificado.

O acompanhamento e avaliação da execução do projeto serão realizados por técnico da Comissão Permanente de Seleção e Classificação de Projetos de Cidades Digitais do Ministério das Comunicações.

O donatário fica autorizado a firmar convênio, acordo ou termo de parceria com órgãos públicos, instituições de ensino públicas ou privadas, entidades de classe, clubes de serviços e outras entidades do terceiro setor, bem como admitir voluntários, nos termos da lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, para compartilhar os encargos de administração, manutenção e funcionamento do projeto.

O donatário responde única e exclusivamente pelos compromissos assumidos no Termo de Doação, não se admitindo, em qualquer hipótese, a alegação de que a responsabilidade pelo seu descumprimento é da entidade ou pessoa admitida para compartilhar os encargos.

Em hipótese nenhuma o Projeto Cidades Digitais poderá ser utilizado para a promoção pessoal ou política de qualquer pessoa, governo ou entidade, devendo o seu uso obedecer as condições a serem estabelecidas para sua sustentabilidade no Termo de Doação com Encargos.

O donatário assume por si e por seus sucessores todas as condições estabelecidas no Termo de Aceitação da Doação.

Fica vedada qualquer intermediação entre interessados e o Ministério das Comunicações.

Os Termos de Doação com Encargos celebrados entre o Ministério das Comunicações e os Donatários serão encaminhados ao Ministério Público local, bem como à Câmara Municipal do Município beneficiado.

A seleção dos projetos não obriga o Ministério das Comunicações a formalizar nenhum acordo, caracterizando apenas expectativa de direito para os selecionados com base no orçamento disponível.

8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento de qualquer cláusula do termo de aceitação de doação com encargos, assinado pelo donatário, implica na reversão dos bens (infraestrutura implantada e equipamentos), ao Ministério das Comunicações, bem como sua inclusão nos cadastros de inadimplentes da União.

9 DISPOSIÇÕES GERAIS

Não será aceita, em nenhuma hipótese, a inclusão de documentos e/ou anexos para compor A PROPOSTA DE PROJETO, diferente do previsto nestas Instruções após o encerramento do prazo de publicação do Edital.

Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, após ouvir a Comissão

Permanente de Avaliação e Seleção de Projetos de Cidades Digitais do Ministério das Comunicações.

O Ministério das Comunicações não se responsabilizará pelo fornecimento de e-mail inconsistente para a comunicação com a Prefeitura durante o período de avaliação e/ou seleção dos PROJETOS. É de responsabilidade da Prefeitura verificar seus e-mails diariamente, bem como sua pasta de SPAM e dar o retorno nos prazos.

10 FORO

O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal, na Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

11 ANEXOS QUE FAZEM PARTE INTEGRAMENTE DESTA EDITAL

- ✧ ANEXO I – Minuta do Termo de Doação com Encargos
- ✧ ANEXO II – Formulário de Apresentação do Projeto
- ✧ ANEXO III – Roteiro de Apresentação do Projeto
- ✧ ANEXO IV – DIRETRIZES PARA CONCESSÃO DE INFRAESTRUTURA DE CIDADES DIGITAIS

Brasília-DF, xx de xxxxxxxx de 2011

PAULO BERNARDO

Ministro de Estado das Comunicações

LYGIA PUPPATO

Secretária de Inclusão Digital